

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 110.^a Sessão Ordinária
(Convocação Extraordinária)
Realizada em 30 de julho de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do sr. deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos srs. deputados Domício Scaramella e Quielise Crisóstomo.

Às 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsim, Fuad Natchi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.^o Secretário lerá a Sinopse dos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia Legislativa no período extraordinário que hoje se encerra.

(É lida a Sinopse)

(A Sinopse acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento do casal dr. Ivaldo Thomazi e exma. sra. dna. Maria José Camargo Thomazi, ocorrido trágicamente na estrada União da Vitória-Curitiba, dia 19 do corrente mês, em acidente automobilístico

Perde a comunidade um jovem dinâmico, participante ativo da sociedade, da política e do esporte, tendo sido na legislatura passada, 1.^o Suplente de Deputado Estadual, pelo Movimento Democrático Brasileiro.

Outrossim, requer que se dê conhecimento, através de expediente desta Assembléia, à família enlutada.
Sala das Sessões, em 30 de julho de 1971.
(a) — Domicio Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:
O Deputado que o presente subscreve, requer um voto de pesar pelo passamento do sr. Carlos Egg, pai do Secretário de Saúde do Paraná.
Requer ainda, que da deliberação se dê ciência à família enlutada.
Sala das Sessões, em 30 de julho de 1971.
(a) — **Emílio Carazai**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.
Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente; nem para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se a

ORDEM DO DIA

com a presença de 47 srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do casal Ivaldo e Maria Thomazi, ocorrido tragicamente na estrada União da Vitória-Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Emílio Carazai, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Carlos Egg. — **Aprovado.**

Esta Presidência suspende a sessão por dez minutos, para confecção da ata da presente sessão, e solicita aos srs. Deputados que não se ausentem do Plenário para que a referida Ata possa ser submetida à consideração do Plenário.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

O sr. 2.º Secretário lerá a Ata da sessão de encerramento do período extraordinário.
(É lida a Ata)

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a Ata. — **Aprovada.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para 2.ª feira, dia 2 de agosto, à hora regimental, para instalação do 2.º Período Ordinário da Presente Sessão Legislativa.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA SÉTIMA LEGISLATURA.

SINOPSE

Dos trabalhos Legislativos e Administrativos da Segunda Sessão Legislativa Extraordinária da Sétima Legislatura, período compreendido entre: 05 de julho à 31 de julho de 1971.

PRESIDENTE — Dep. Wilson Fortes.

1.º SECRETÁRIO — Dep. Ivo Tomazoni.

2.º SECRETÁRIO — Dep. Quielise C. da Silva.

**SERVIÇO DE ESTATÍSTICA
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO**

Sinopse dos Trabalhos Legislativos e Administrativos, da Segunda Sessão Legislativa Extraordinária, da Sétima Legislatura. Período compreendido entre 05 a 31 de julho de 1971.

Sessão de Abertura	01
Sessões Extraordinárias	08
Projetos de Lei Apresentados	22
Projetos de Lei Aprovados	06
Projetos de Lei Vetados pelo Senhor Governador do Estado	12
Projetos de Lei Rejeitados	02
Requerimentos dos Senhores Deputados	61
Telegramas Recebidos	01
Mensagens do Senhor Governador do Estado	02
Ofícios do Senhor Governador do Estado	20
Ofícios das Câmaras Municipais	01
Ofícios Diversos	08
Votos de Pesar Inseridos em Ata	02
Votos de Louvor, Congratulações, Regozijo e Aplausos Inseridos em Ata	09
Decretos Legislativos	69
Portarias Baixadas Pelo Senhor Diretor Geral	46
Curitiba, 30 de julho de 1971	

M E S A

- PRESIDENTE** — Wilson Fortes
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramela
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli

SECRETARIA GERAL

- DIRETOR GERAL** — Dorizon Salgado Bueno
DIRETOR DO DEP. ADMINISTRATIVO — Fausto Luiz Abry
DIRETOR DO DEP. LEGISLATIVO — José Tavares Canto Filho

DEPUTADOS ESTADUAIS

- Wilson Fortes
Antonio Costa
Nelson Buffara
Ivo Tomazoni
Quielse C. da Silva
Domicio Scaramela
Rosário Pitelli
Acyr José
Agnaldo Pereira Lima
Alvaro Dias
Antonio Belinati
Antonio Lopes Jr.
Antonio Maciel
Aryzone Araújo
Armando Queiroz
Arthur de Souza
Basilio Zanuso

Borsari Neto
Cândido Martins de Oliveira
David Federmann
Emílio Carazzai
Erondy Silverio
Fabiano Braga Côrtes
Francisco Scorsim
Fuad Nacli
Gabriel Manoel
Gilberto Carvalho
Hélio Manfrinato
Igo Losso
João Fadel
João Mansur
Jorge Sato
Lázaro Dumont
Leopoldo Jacomel
Marciano Baraniuk
Maurício Fruet
Muggiati Filho
Nivaldo Krüger
Odilon Reinhardt
Ovidio Franzoni
Paulo Camargo
Paulo Poli
Pinto Dias
Sebastião Rodrigues Jr.
Santos Lima
Wilson Brandão
Xenofonte Villanueva

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná — 1.a Sessão Legislativa da 7.a Legislatura.

COMISSÕES TÉCNICAS

Comissão de Constituição e Justiça

Wilson Brandão — Presidente
Muggiati Filho
Armando Queiroz
Emílio Carazzai
Arthur de Souza
Odilon Reinhardt
Igo Losso
Acyr José
Cândido Martins de Oliveira
Gilberto Carvalho
Sebastião Rodrigues Junior

Comissão de Orçamento

Fabiano Braga Côrtes — Presidente
Nivaldo Krüger
Paulo Poli
Basílio Zanusso
Borsari Neto
Jorge Sato
Fuad Nacli

Comissão de Finanças

Leopoldo Jacomél — Presidente
Ovídio Franzoni
Fuad Nachi
Gabriel Manoel
Paulo Poli
Santos Lima
Maurício Fruet

Comissão de Obras Públicas Transportes e Comissões

Lázaro Dumont — Presidente
Borsari Neto
Gilberto Carvalho
Antônio Maciel
Hélio Manfrinato

Comissão de Agricultura Indústria e Comércio

Antônio Maciel — Presidente
Hélio Manfrinato
Lázaro Dumont
Marciano Baraniuk
Francisco Escorsin

Comissão de Terras Colonização e Imigração

Arizone Araújo — Presidente
Marciano Baraniuk
Santos Lima
Francisco Escorsin
Sebastião Rodrigues Junior

Comissão de Redação

Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet
Pinto Dias
Wilson Brandão
Antônio Maciel

Comissão de Polícia

Paulo Poli — Presidente
Alvaro Dias
Wilson Brandão
Santos Lima
Agnaldo Pereira Lima

Comissão de Saúde Pública

João Fadel — Presidente
Maurício Fruet
Emílio Carazzai
David Federmann
Paulo Camargo

Comissão de Tomada de Contas

Leopoldo Jacomél — Presidente
Antônio Belinati
Pinto Dias
Xenofonte Vilanueva
Agnaldo Pereira Lima

Comissão de Instrução Pública
Antônio Lopes Júnior — Presidente
Arizone Araújo
Francisco Escorsin
Acyr José
Álvaro Dias

Comissão de Turismo
Jorge Sato — Presidente
Arizone Araújo
Basilio Zanusso
Gabriel Manoel
Maurício Fruet

ATIVIDADES LEGISLATIVAS

VISITAS ILUSTRES

07-07-71 — A Presidência registra, com satisfação, a presença em Plenário dos srs. Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Prefeitos Municipais de Jandaia do Sul e Fênix, e do sr. Gerente da Agência Avenida, do Banco Mercantil e Industrial do Paraná.

12-07-71 — A Presidência registra, com satisfação, a presença em Plenário dos srs. Wilson Cardoso, Newton Brandão, Lineu Espírito Santo e Djalma Faiete, funcionários da AFIPPA.

VOTOS DE PESAR

13-07-71 — Do sr. Fabiano Braga Côrtes, solicitando um voto de pesar pelo falecimento da esposa e filha do sr. Davino Nascimento Freitas, ocorrido em acidente automobilístico.

13-07-71 — Do sr. Gilberto Carvalho, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Benedito M. Telles.

VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, LOUVOR, REGOZIO e APLAUSOS

06-07-71 — Do sr. David Federmann, solicitando um voto de regozio, pelo transcurso no dia 04, do aniversário do "Jornal da Manhã", de Ponta Grossa.

07-07-71 — Do sr. Ivo Tomazoni, solicitando o envio de um voto de congratulações ao sr. Presidente da República, pela assinatura do Decreto que regula a política de distribuição de terras na área do Nordeste do País.

07-07-71 — Do sr. Emílio Carazzai, solicitando um voto de congratulações, pela fundação, na cidade de Cornélio Procopio, da Associação dos Municípios do Norte do Paraná.

07-07-71 — Dos srs. Acyr José e Borsari Neto, solicitando um voto de regozio pela notícia alvissareira divulgada através da imprensa de que em breve será solucionado o problema da falta de água no Bairro do Bacacheri e adjacências.

07-07-71 — Do sr. Paulo Poli, solicitando um voto de aplausos ao sr. Diretor do Detran, pelo trabalho que vem realizando naquele Departamento.

12-07-71 — Do sr. Lázaro Dumont, solicitando um voto de regozio pela eleição e posse da nova Diretoria da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Paraná.

13-07-71 — Do sr. Odilon Reinhardt, solicitando um voto de congratulações e aplausos ao sr. Prefeito Municipal de Cascavel, pelos fatos que especifica.

14-07-71 — Do sr. João Mansur, solicitando um voto de regozijo pela passagem da emancipação política do Município de Irati, em data de amanhã.

15-07-71 — Do sr. Igo Losso, solicitando um voto de regozijo à Faculdade de Educação Musical do Paraná, conforme especifica.

DISCURSOS DO DEPUTADO ANTONIO BELINATI

07-07-71 — Ocupa a Tribuna, criticando inicialmente o Governo Estadual pelo atraso nos vencimentos de alguns funcionários públicos. Concluindo, dirige apêlo ao sr. Governador do Estado para que solucione de imediato este problema.

12-07-71 — Ocupa a Tribuna, tecendo críticas ao Detran, por admitir os estacionamento privativos, em nossa Capital, contrariando desta forma as determinações do Conselho Nacional de Trânsito. Finalizando, apresenta e justifica o seu ponto de vista contrário ao artigo oitavo do Projeto de Lei n.º 12-71.

15-07-71 — Ocupa a Tribuna, discorrendo sobre o problema da agricultura paranaense, e as atividades da "Café do Paraná", que no seu entender não vem correspondendo com suas reais finalidades, no tocante ao preço e a qualidade das sementes que vêm sendo vendidas ao agricultor paranaense. Finalizando, dirige apêlo ao sr. Governador do Estado no sentido de que seja melhor amparada a cotonicultura do Paraná.

15-07-71 — Em explicações pessoais, ocupa a Tribuna congratulando-se inicialmente com a reabertura do Frigorífico "Fripasa", em Londrina. Finalizando, tece críticas à administração do IPE, pelo fechamento de alguns postos de atendimento daquele órgão, em algumas cidades do Paraná, apêlo ao sr. Superintendente daquele órgão no sentido da reabertura dos referidos postos.

DISCURSOS DO DEPUTADO ANTONIO LOPES JR.

06-07-71 — Atendendo designação do sr. Presidente, ocupa a Tribuna para reverenciar a memória do poeta Castro Alves, pela passagem, nesta data, do centenário de sua morte, discorre então sobre o papel desempenhado por Castro Alves na vida social brasileira.

DISCURSOS DO DEPUTADO ALVARO DIAS

08-07-71 — Ocupa a Tribuna, reclamando do Governo do Estado pelo atraso nos pagamentos dos vencimentos dos professores supletivos do Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO ARYZONE ARAÚJO

05-07-71 — Ocupa a Tribuna, tecendo comentários elogiosos a respeito do Decreto Lei n.º 475-71, do Governo Estadual, que visa um incentivo à indústria paranaense.

DISCURSOS DO DEPUTADO ARTHUR DE SOUZA

15-07-71 — Ocupa a Tribuna, discorrendo sobre a biografia do sr. Alexandre Ostojka, enaltecendo seus feitos em benefício do povo do Paraná. Concluindo, enfatiza a importância sócio-econômica originada pela imigração polonesa em nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO BORSARI NETO

07-07-71 — Ocupa a Tribuna, registrando a sua satisfação pela futura construção de uma adutora de águas no Bairro do Cajuru.

15-07-71 — Ocupa a Tribuna, congratulando-se inicialmente com o Decreto assinado pelo Presidente da República que proporcionará a unificação regional dos Vestibulares. Finalizando, solidariza-se com o ato do sr. Reitor da UFP, que instituiu a Bólsa de Trabalho para estudantes universitários.

DISCURSOS DO DEPUTADO CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA

07-07-71 — Ocupa a Tribuna, tecendo críticas à reformulação do plano de aplicação elaborado pelo Conselho Estadual de Educação. Finalizando, congratula-se com o Professor Aristeu Costa Pinto, que renunciou a sua participação daquele Conselho.

14-07-71 — Ocupa a Tribuna, contestando e fazendo reparos, através de uma ampla análise e comentários do pronunciamento do sr. Ivo Tomazoni, na sessão da última sexta-feira, com relação à aprovação do plano de aplicação dos recursos oriundos do salário educação, pelo Conselho de Educação. Continuando, faz um agradecimento aos srs. deputados Erondy Silvério, Muggiati Filho, e Nivaldo Krüger, por terem apartado naquela oportunidade o sr. deputado Ivo Tomazoni em sua defesa, motivado pela sua ausência. Concluindo, reafirma o seu ponto de vista com referência ao seu pronunciamento em sessão anterior, quando abordou este assunto.

14-07-71 — Em explicação pessoal, ocupa a Tribuna, solidarizando-se com o pronunciamento dos srs. Nelson Buffara, Rosário Pitelli, pelas reivindicações que fazem pela criação de uma Refinaria de Petróleo no Paraná. Concluindo, traz novos subsídios ao seu pronunciamento feito na sessão de hoje, em contraposição às afirmativas efetuadas pelos srs. Ivo Tomazoni e Armando Queiroz, em sessão anterior, com referência ao plano de aplicação da verba salário educação pelo Conselho de Educação da SEC.

DISCURSOS DO DEPUTADO DOMÍCIO SCARAMELLA

07-07-71 — Ocupa a Tribuna, dirigindo apelo ao sr. Líder da Arena, para que sua região seja beneficiada no plano de obras do Governo do Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO ERONDY SILVERIO

05-07-71 — Ocupa a Tribuna, agradecendo os esclarecimentos prestados pelo sr. Prefeito de Curitiba, em atenção ao seu pedido de informações, embora fazendo restrições pela forma com que foi respondido, baseando-se em noticiários da imprensa, uma vez que o pedido oficial ainda não foi enviado por esta Casa.

06-07-71 — Ocupa a Tribuna, demonstrando a sua contrariedade pela resposta enviada a esta Casa, pelo sr. Prefeito Municipal de Curitiba, por considerá-la intempestiva.

07-07-71 — Ocupa a Tribuna, congratulando-se inicialmente com o pronunciamento feito na tarde de hoje pelo sr. deputado Borsari Neto. A seguir, tece críticas ao desentrosamento e o consequente atraso na conclusão das obras públicas que estão sendo realizadas nesta Capital. Finalizando, congratula-se com o Jornal "A Gazeta do Povo" por ter publicado artigo referente a estas paralisações.

08-07-71 — Ocupa a Tribuna, demonstrando a sua contrariedade pela falta de urbanismo existente na SEC, no atendimento ao público, por parte da funcionária Ada Gineski. Finalizando, dirige apelo ao Sr. Secretário de Educação para que tome as providências necessárias no sentido de coibir tais irregularidades.

12-07-71 — Ocupa a Tribuna, congratulando-se com o ex-Governador do Estado por ter aberto a concorrência Pública que possibilitou o início da construção asfáltica da estrada Colombo-Curitiba. Finalizando, tece críticas a alguns artigos da Mensagem Governamental que originou o Projeto de Lei n.º 133-71, justificando na oportunidade a apresentação de Emendas de sua autoria ao referido projeto.

13-07-71 — Ocupa a Tribuna para, em explicação pessoal, dizer as razões que o levaram a votar contrariamente ao Projeto de Lei n.º 133-71.

DISCURSOS DO DEPUTADO FABIANO BRAGA CORTES

12-07-71 — Ocupa a Tribuna, congratulando-se com o sr. Governador do Estado pela grande obra de asfaltamento iniciada na data de ontem, das estradas Colombo — Curitiba.

DISCURSOS DO DEPUTADO GILBERTO CARVALHO

14-07-71 — Ocupa a Tribuna, fazendo inicialmente um agradecimento em nome da população dos municípios do Vale do Ivaí, pela implantação, por parte do DER, dos estudos para conclusão das obras da estrada que ligará os municípios de Jandaia do Sul a Barbosa Ferraz.

DISCURSOS DO DEPUTADO HÉLIO MANFRINATO

13-07-71 — Ocupa a Tribuna, reportando-se inicialmente ao pronunciamento do sr. Paulo Poli, em sessão anterior, sobre o problema da cafeicultura paranaense. Continuando, argumenta a necessidade da elevação do preço do café, protestando, na oportunidade, pela falta de atendimento por parte das autoridades competentes ao cafeicultor paranaense e as suas consequências negativas à economia brasileira.

DISCURSOS DO DEPUTADO IVO TOMAZONI

09-07-71 — Ocupa a Tribuna, contradizendo as críticas proferidas pelo deputado Cândido Martins de Oliveira, em sessão anterior, ao sr. Secretário de Educação, no que diz respeito à coação exercida por aquela autoridade, ao Conselho Estadual de Educação, quando da elaboração do Plano Estadual de Educação. Finalizando, requer verbalmente à Mesa a transcrição nos Anais da Casa, da carta publicada por um dos periódicos desta Capital, pelo sr. Presidente da Associação dos Professores do Estado.

14-07-71 — Em explicação pessoal, ocupa a Tribuna, justificando os seus pronunciamentos efetuados durante a última sexta-feira e aos apartes dirigidos ao sr. Cândido Martins de Oliveira na presente sessão.

DISCURSOS DO DEPUTADO MAURÍCIO FRUET

07-07-71 — Ocupa a Tribuna, dizendo das necessidades do envio de Mensagem do sr. Prefeito Municipal de Curitiba, à Câmara de Vereadores, isentando os comerciantes que estão sendo prejudicados pela paralisação e o retardamento das obras públicas de nossa Capital. Concluindo, dirige sugestões ao sr. Líder da ARENA, para que seja estudada a viabilidade de que venham periodicamente, a esta Casa, Secretários de Estado para um melhor entrosamento entre este Poder e o Executivo, a exemplo do Congresso Nacional.

12-07-71 — Ocupa a Tribuna, enaltecendo o Governo Estadual pelo início das obras de asfaltamento da estrada que liga Colombo à nossa Capital.

15-07-71 — Ocupa a Tribuna, discorrendo sobre a figura de Augusto Stresser e sua contribuição prestada às artes paranaenses. Enaltece, na oportunidade, a passagem do centenário do seu nascimento no próximo dia 18 do corrente. Finalizando, cita alguns trechos de sua vida artística.

DISCURSOS DO DEPUTADO NELSON BUFFARA

14-07-71 — Em explicação pessoal, ocupa a Tribuna, renovando o seu apelo ao sr. Governador do Estado no sentido da efetivação da instalação de uma Refinaria de Petróleo, em nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO NIVALDO KRÜGER

15-07-71 — Ocupa a Tribuna, analisando e tecendo considerações sobre o orçamento plurianual de investimentos do Estado do Paraná, solicitando aos srs. Deputados que durante o período de paralisação desta Casa, seja enviado esforços no sentido de dar melhor amparo ao povo paranaense. Finalizando, dirige protestos aos Governos Estaduais do Paraná, por não terem liberado os recursos suficientes para a complementação das obras do novo Plenário do novo prédio deste Poder.

DISCURSOS DO DEPUTADO PAULO POLI

09-07-71 — Ocupa a Tribuna, sustentando e justificando, inicialmente, sua tese que visa transferir a Capital do Estado para o interior, levando-se em conta o planejamento prévio. Continuando, diz da necessidade da criação de uma Loteria Esportiva própria em nosso Estado, cujos lucros viriam em melhor proveito do atendimento assistencial de nosso Estado. Finalizando, faz menção ao Projeto de sua autoria apresentado no ano de 1.963, cuja finalidade era criar a Loteria do Estado do Paraná.

12-07-71 — Ocupa a Tribuna, dizendo da carência assistencial à cafeicultura paranaense, por parte do Governo Federal. Finalizando, enfatiza o problema da ferrugem que vem ameaçando o plantio de café em nosso Estado, bem como da necessidade de reformulação política econômica do produto no tocante à antecipação dos seus preços, por parte dos órgãos competentes.

DISCURSOS DO DEPUTADO ROSÁRIO PITELLI

14-07-71 — Ocupa a Tribuna, fazendo lembrar os srs. deputados da inauguração, no dia 17 do corrente, da Companhia de Café Solúvel Iguazu, a ser realizado em Cornélio Procopio.

14-07-71 — Em explicação pessoal, ocupa a Tribuna, congratulando-se com o pronunciamento do sr. Nelson Buffara e expondo à Casa das medidas já adotadas pelo Governo Estadual, para concretização das reivindicações aludidas. Concluindo, diz que no próximo dia 17, por ocasião da inauguração da Companhia de Café Solúvel Iguazu, em Cornélio Procopio, estarão presentes várias autoridades federais, ocasião em que poderá ser mantido novos contatos a esse respeito.

DISCURSOS DO DEPUTADO SEBASTIAO RODRIGUES JR.

08-07-71 — Ocupa a Tribuna, tecendo críticas à Assessoria do Governo do Estado.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PORTARIAS BAIXADAS PELO SENHOR DIRETOR GERAL

388-71 — Concedendo a Gerson Nemes, funcionário deste Poder, trinta (30) dias de férias.

389-71 — Autorizando o afastamento, sem ônus para este Poder, do período de 11 a 16 de julho de 1.971, do funcionário Fernando José Puppi, a fim de participar do XII Congresso Brasileiro de Cirurgia, no Estado da Guanabara.

390-71 — Designar os funcionários Esverbem Guimarães Plaisant, Francisco Dranka e Luiz Fernando Martins Kosop, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão Julgadora de Tomada de Preços, para apreciar as propostas referentes ao Edital n. 5-71, de 28 de junho de 1.971.

391-71 — Lotando Mary Leon Petit, ora à disposição deste Poder, no Gabinete do deputado Gilberto Carvalho.

392-71 — Lotando Durcília Prestes dos Santos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Administrativo Divisão de Serviços Gerais.

393-71 — Lotando Moyses Abdala Magalhães, funcionário do Quadro de Pessoal, da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Judiciária.

394-71 — Concedendo a Uahib Abrahão Tanus, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.970, a partir de 06 de julho de 1.971.

395-71 — Concedendo a José Ader, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 02 de agosto de 1.971.

396-71 — Lotando Lázaro Caetano da Silva e Izaura Lopes da Silva, ora à disposição deste Poder Legislativo, respectivamente, no Gabinete da Presidência e Departamento Administrativo, Divisão de Serviços Gerais.

397-71 — Revogar a Portaria n. 155-71, de 04 de março de 1.971, que designou Ronaldo Lopes Linhares para prestar serviços no Gabinete do deputado Fabiano Braga Côrtes.

398-71 — Concedendo a Maria do Rocio Medeiros Witoslawski, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1.971, a partir de 05 de julho de 1.971.

399-71 — Concedendo a José Estefano Brito Witoslawski, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971, a partir de 05 de julho de 1971.

401-71 — Lotando Luiz Carlos Gonçalves de Castro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Social.

402-71 — Incluindo Elcy Silva Batista e Juarez de Quadros Gonçalves, no Grupo de Trabalho constituído pela Portaria n. 380-71, de 23 de junho de 1971.

403-71 — Concedendo a José Millek, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971, a partir de 05 de julho de 1971.

404-71 — Concedendo a Wanda Flizikoski, funcionária do Quadro de Pessoal desta Secretaria, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 19 de julho de 1971.

405-71 — Concedendo a Ronaldo Lopes Linhares, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 07 de julho de 1971.

406-71 — Concedendo a Walter Cid Rodrigues e Silva, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971, a partir de 14 de julho de 1971.

407-71 — Concedendo a Luiz Brotto Neto, funcionário deste poder, (30) dias de férias referentes ao exercício de 1970.

408-71 — Concedendo a Luiz Francisco Fontoura, funcionário deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

409-71 — Concedendo a Alceu Ivo Costa Curta, funcionário deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

410-71 — Lotando Iolanda Guimarães Mello de Castro, funcionária deste Poder, no Departamento Legislativo, Divisão das Comissões.

411-71 — Designando Nilva Maria Moro, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Antonio Maciel Filho.

412-71 — Concedendo a Ocirema Stamm Bellé, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1970.

413-71 — Concedendo a Myrian Correia Montanha Teixeira, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

414-71 — Concedendo a Josefa Kucek Levandoski, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

415-71 — Concedendo a Dimitrya Pirih Maranhão, funcionária deste Poder, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

416-71 — Concedendo a Cleonice Pereira, funcionária deste Poder, trinta (30) dias de (férias) digo licença para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 23 de junho de 1971.

417-71 — Concedendo a Luiz Fernando Flôres, funcionário deste Poder, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971.

418-71 — Lotando Azelia de Lima Brandini, ora à disposição deste Poder no Serviço de Biblioteca.

419-71 — Lotando Nilce Alves Poli Milani, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da 2a. Secretaria.

420-71 — Lotando Joaquim Sabino de Souza, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Marciano Baraniuk.

421-71 — Lotando Ronney Holdorf, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Erondy Silvério.

422-71 — Lotando Eliete Macedo Nery, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Xenofonte Villanueva.

423-71 — Concedendo a Percy Tamplin, funcionário deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

424-71 — Concedendo a Zenaide Silva Filpo, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1970.

425-71 — Designando Acir Villatore, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado José Lázaro Dumont.

426-71 — Designando Antônio Lacerda Braga Neto, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do deputado Fabiano Braga Côrtes.

427-71 — Concedendo a Genir dos Santos Fernandes, funcionário deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

428-71 — Concedendo a Oleni Ferreira de Lima, funcionário deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

429-71 — Concedendo a Alba Ligia Araújo Garcia, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 16 de julho de 1971.

430-71 — Lotando Luiz Delamônica Pereira de Castro, ora à disposição deste Poder, na Comissão de Obras para a conclusão do Plenário.

431-71 — Concedendo a Aurora Ribeiro Gonçalves, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

432-71 — Concedendo a Nadir de Oliveira Santos, funcionária deste Poder, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971.

433-71 — Designando os funcionários Esverbem Guimarães, Francisco Dranka e Luiz Fernando Martins Kosop, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Tomada de Preços, que apreciará as propostas referentes ao Edital n. 6-71, de 19 de julho de 1971.

434-71 — Lotando Orlando Melhem, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do deputado Acyr José.

DECRETOS LEGISLATIVOS

S U M U L A

230-71 — Mandando retificar o nome de Maria Elisabete Poli, funcionária d'êste Poder, para Maria Elisabete Poli Kurowski.

231-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 544-70, de 02 de dezembro de 1.970.

232-71 — Revogando o Decreto Legislativo n.º 94-71, de 04 de março de 1.971, na parte a que se refere a funcionária Rosi Maria Bandeira de Assis e dá outras providências.

233-71 — Tornando sem efeito o Decreto Legislativo n. 321-66, de 24 de novembro de 1.966.

234-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Amado Zonatto, funcionário d'êste Poder, o tempo de quatro (04) meses.

235-71 — Designando Alba Lígia Araujo e Garcia para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do Governo, percebendo vantagens a elas inerentes, a partir de 1.º de abril de 1.971.

236-71 — Concedendo, a partir da data da publicação do presente Decreto a Sebastião Bueno, funcionário d'êste Poder, licença especial de três (03) meses.

237-71 — Dispensando, a pedido, das funções de Chefe de Gabinete da Diretoria Geral, Laertes Luiz Foggiano, funcionário d'êste Poder.

238-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Irani Carini, funcionário d'êste Poder, o tempo de dois (02) meses.

239-71 — Concedendo, a Waldomira Demeterco Pereira, funcionária d'êste Poder uma Licença Especial de três (03) meses, de acordo com o art. 247, da Lei n. 6.174.

240-71 — Concedendo a Ione Maria da Conceição Xavier, funcionária d'êste Poder, acréscimo quinquenal sobre os seus vencimentos.

241-71 — Concedendo a Ihor Baranhuk, funcionário d'êste Poder, acréscimo quinquenal sobre os seus vencimentos.

242-71 — Colocando à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, Ruben Murilo Leão Rêgo, funcionário d'êste Poder, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens.

243-71 — Mandando Contar, para todos os efeitos legais, em favor de Delta de Almeida Cardoso, funcionária d'êste Poder, o tempo de três (03) meses.

244-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 197-70, de 30 de abril de 1970 a partir de 25 de março de 1.971, e dá outras providências.

245-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 96-71 de 05 de março de 1.971, na parte a que se refere a funcionária Rosi Maria Bandeira de Assis, a partir de 15 de abril de 1.971, e dá outras providências.

246-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 492-70, de 19 de outubro de 1.970, a partir de 15 de março de 1.971.

247-71 — Retificando o Decreto Legislativo n. 142-70, de 31 de março de 1970.

248-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Raimundo Carlos Capela Pioli, funcionário d'êste Poder, o tempo de dois (02) meses.

249-71 — Dispensando, a pedido, das funções de membro da Comissão de Obras para a Conclusão do Plenário, os funcionários que especifica.

250-71 — Dispensando, Adel Metring Fracallacci Espínola, das funções de Assessor de Gabinete da 2a. Secretaria, a partir de 27 de abril de 1.971 e dá outras providências.

251-71 — Dispensando, Aleli dos Santos, funcionário d'êste Poder, das funções de Oficial de Gabinete da Presidência, e dá outras providências.

252-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 176-71, de 16 de março de 1971.

253-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Rui Ferraz de Carvalho, funcionário deste Poder, o tempo de seis (06) meses.

254-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Amado Zoratto, funcionário deste Poder, o tempo de seis (06) meses.

255-71 — Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de Delta de Almeida Cardoso, funcionária deste Poder, o tempo de um (01) ano.

256-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 76-71, de 12 de fevereiro de 1.971, na parte a que se refere a Manuel Pinheiro Cangussu, funcionário deste Poder, e dá outras providências.

257-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Aleli dos Santos, funcionário deste Poder, o tempo de dois (02) meses.

258-71 — Designando Areodiva Mann de Souza, para exercer as funções de auxiliar de Gabinete da Liderança do Governo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 22 de abril de 1.971.

259-71 — Concedendo a João Alberti Andretta, funcionário deste Poder, acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos.

260-71 — Concedendo a Euthlia Martins da Silva, funcionária deste Poder, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos.

261-71 — Concedendo ao Soldado da PM, Benedito José Teixeira, designado para prestar serviços neste Poder, a função gratificada de que trata o Art. 11, da Resolução n. 2-64, de 21 de fevereiro de 1.964, e fixada pelo Decreto n. 67-64, de fevereiro de 1.964, a partir de 16 de fevereiro de 1.971.

262-71 — Concedendo a Jonas de Souza Porto, funcionário deste Poder, os benefícios que especifica.

263-71 — Autorizando a Alberto Carazzai Neto, funcionário deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

264-71 — Dispensando Nelson Augusto Araujo, funcionário deste Poder, das funções de Assessor de Relações Públicas.

265-71 — Dispensando Delta de Almeida Cardoso, funcionária deste Poder, das funções de Auxiliar de Gabinete da 1a. Vice-Presidência, a partir de 17 de maio de 1.971, e dá outras providências.

266-71 — Atribuindo a Horoldo João Tedeschi, funcionário deste Poder, gratificação de função correspondente ao símbolo F-1, de Motorista do Gabinete da 1a. Secretaria.

267-71 — Designando Gerson Evangelista Passos, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de fevereiro do corrente ano e dá outras providências.

268-71 — Concedendo a Edouard Elias Thomé, funcionário deste Poder acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos.

269-71 — Determinando o pagamento, a David Miguel, da função gratificada, de símbolo F-4, correspondente ao período compreendido entre 1.º de junho de 1.970 a 03 de fevereiro de 1.971, em que exerceu as funções de Chefe da Seção de Segurança.

270-71 — Atribuindo a Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, funcionário deste Poder, a função gratificada de Símbolo F-2, por estar exercendo as funções de Secretário de Comissão de Polícia.

271-71 — Concedendo a Inolan Antonio Guiginski de Oliveira, funcionário deste Poder, licença especial pelo prazo de dois (02) anos, a partir de 1.º de abril de 1.971, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para o fim de realizar curso de especialização profissional fora do território do Estado do Paraná.

272-71 — Autorizando a Maria de Lurdes Bizetto Reque, funcionária deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

273-71 — Mandando aplicar ao Poder Legislativo o disposto no Decreto

n. 22.577, de 05 de março de 1971, publicado no Diário Oficial n. 06, de 08 de março de 1971, e dá outras providências.

274-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Luthalia Martins da Silva, funcionária deste Poder, o tempo de seis (6) meses.

275-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 100-71, de 05 de março de 1971 na parte a que se refere a Luciano Lacerda Filho, a partir de 14 de março de 1.971, e dá outras providências.

276-71 — Autorizando o funcionário Wilson Kaiel, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

277-71 — Autorizar o funcionário Francisco Taborda Ribeiro, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

278-71 — Concedendo a Divonsir Arthur Gusso, funcionário deste Poder, dois (02) meses de licença para tratar de interesses particulares, a partir da data de publicação do presente Decreto.

279-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Carlos Douglas Bukowski, funcionário deste Poder, o tempo de quatro (04) meses.

280-71 — Concedendo a Boanerges de Menezes Caldas, funcionário deste Poder, acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos.

281-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Raul Wolf, funcionário deste Poder, o tempo de dois (02) meses.

282-71 — Concedendo a Siomara Lopes Gomide, funcionária deste Poder, três (03) meses de Licença Especial.

283-71 — Mandando retificar o Decreto Legislativo n. 157-71, de 16 de março de 1.971, e dá outras providências.

284-71 — Concedendo a Joaquim Vieira da Silva, funcionário deste Poder, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos.

285-71 — Concedendo a Maria Aparecida do Rocio Gebran do Amaral, funcionária deste Poder, acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos.

286-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Jahir Delagassa, funcionário deste Poder, o tempo de quatro (04) meses.

287-71 — Atribuindo a Manoel Pinheiro Cangussu, funcionário deste Poder, a gratificação correspondente ao símbolo F-5, de Motorista do Gabinete da 2a. Vice-Presidência.

288-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Joaíbe Mansur, funcionário deste Poder, o tempo de seis (06) meses.

289-71 — Concedendo a Antônio Martins Anibelli, funcionário deste Poder, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos.

290-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Antônio Alves Carneiro, funcionário deste Poder, o tempo de quatro (04) meses.

291-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Antônio Gulbino, funcionário deste Poder, o tempo de quatro (04) meses.

292-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Antônio Gulbino, funcionário deste Poder, o tempo de seis (06) meses.

293-71 — Concedendo a Almir Oliveira dos Santos, funcionário deste Poder, designado para exercer as funções de Motorista da 4.ª Secretaria, a gratificação de função correspondente ao símbolo F-5.

294-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Francisco Dranka, funcionário deste Poder, o tempo de seis (06) meses.

295-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 218-70 de 07 de maio de 1970, na parte a que se refere ao funcionário Osiris de Brito, e dá outras providências.

296-71 — Dispensando Hilton Ronald Alice, funcionário deste Poder, das

funções de Assessor de Relações Públicas, a partir de 04 de maio do corrente ano.

297-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Orlando Saboto, funcionário deste Poder, o tempo de doze (12) anos e três (03) dias, correspondente ao dobro de férias que deixou de gozar.

298-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Orlando Saboto, o tempo de um (01) ano, quatro (04) meses e vinte (20) dias, correspondente ao dobro de férias que deixou de gozar.

299-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Alberto Carazzai Neto, funcionário deste Poder, o tempo de dois (02) meses, referentes aos dobros das férias que deixou de gozar.

300-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 10-70 de 27 de janeiro de 1970 a partir de 30 de março de 1.971, e dá outras providências.

301-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Flodoaldo Trindade, funcionário deste Poder, o tempo de dois meses, correspondentes ao dobro das férias que deixou de gozar.

302-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Lázaro da Silva, funcionário deste Poder, o tempo de oito (08) anos, e seis (06) meses, em que prestou serviços à Polícia Militar do Estado; e concedendo ainda acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos.

303-71 — Colocando à disposição do Poder Executivo, Albino de Brito Freire e Paulo Henrique de Arruda Gonçalves, funcionários deste Poder.

304-71 — Designando Luiz Fernando Tatara Ribas, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Assessor de Relações Públicas, do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, na Divisão de Relações Públicas, percebendo gratificação de representação.

305-71 — Dispensando Arlete Belmont Zeballos, funcionária deste Poder, das funções de Assessor de Relações Públicas.

306-71 — Concedendo a Aloah do Nascimento Stellfeld, viúva do ex-deputado estadual Camilo Stellfeld, pensão mensal no valor equivalente a um terço (1/3) da parte fixa dos subsídios de Deputado Estadual.

307-71 — Concedendo a Wanda Raquel Baby, viúva do ex-deputado estadual, Antonio Baby, pensão mensal do valor equivalente a um terço (1/3) da parte fixa dos subsídios de Deputado Estadual.

308-71 — Designando Severo Olímpio Sotto Maior, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Assessor de Relações Públicas, do Gabinete do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, na Divisão de Relações Públicas, percebendo a gratificação de representação.

309-71 — Concedendo a Aldo Angelo Sperandio, funcionário deste Poder, três (03) meses de licença especial, de acordo com o art. 247, da Lei n. 6.174.

310-71 — Concedendo ao soldado da PM, Joaquim Barbosa Cabari, designado para prestar serviços neste Poder, a função gratificada de que trata o Art. 11 da Resolução n. 2-64, de 21 de fevereiro de 1.964 e fixada pelo Decreto Legislativo n. 67-64, de 27 de fevereiro de 1.964.

311-71 — Autorizando a Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná — Cabenfale, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede nesta Capital, como órgão assistencial dos Servidores desta Casa, a promover a Páscoa do Poder Legislativo do Paraná, às 8,30 horas do dia 04 de junho de 1.971, nas dependências do Palácio Dezenove de Dezembro.

312-71 — Designando o capitão José Bruno Ribas, para exercer em substituição, enquanto perdurar o impedimento do titular, o cargo de Chefe do Serviço de Segurança, símbolo 2-C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, percebendo mais a gratificação de função correspondente, de acordo com o Art. 70 e 71, § 1.º da Lei n. 6.174; autorizando ainda o referido funcionário a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

313-71 — Colocando à disposição do Ministério de Educação e Cultura, para prestar serviços junto à Universidade Federal do Paraná, sem prejuízos de seus vencimentos e vantagens, Heitor Gurgel do Amaral Valente Neto, funcionário deste Poder.

314-71 — Atribuindo a Ismar Dellagassa Passos, funcionário deste Poder, função gratificada correspondente ao símbolo F-3, de Oficial de Gabinete da Diretoria Geral.

315-71 — Atribuindo a Celso Araujo Júnior, funcionário deste Poder, exercendo em substituição a Chefia da Secção da Ordem do Dia, do Departamento Legislativo, função gratificada correspondente ao símbolo F-4.

316-71 — Concedendo a Dario Fortunato Darif, função gratificada correspondente ao símbolo F-1, de Assistente Técnico.

317-71 — Autorizando, o funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, Ronaldo Catarino, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

318-71 — Transferindo para Júlia do Amaral Stamm, filha do ex-deputado estadual Joaquim do Amaral e Silva, a pensão primitivamente atribuída a sua viúva, D. Elvira Santos do Amaral, falecida no dia 16 de setembro de 1.970, fixando-se o seu valor no correspondente a metade da parte fixa dos subsídios de Deputado Estadual, respeitado o teto máximo das pensões a que se refere o § 1.º, do art. 5.º da Lei n. 4.946.

319-71 — Concedendo a Walfrido Ribeiro de Camargo, funcionário deste Poder, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos.

320-71 — Concedendo a Ismar Dellagassa Passos, funcionário deste Poder, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos.

321-71 — Concedendo a Gabriel Brotto, funcionário deste Poder, três (03) meses de licença especial, de acordo com o art. 247 da Lei 6.174.

322-71 — Concedendo a Nevinha Piazza Cardoso, funcionária deste Poder, três (03) meses de licença especial, nos termos do parágrafo único do Art. 247 da Lei n. 6.174.

323-71 — Designando Alberto Savoia Assef, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Assessor de Relações Públicas, na Divisão de Relações Públicas, percebendo gratificação de representação.

324-71 — Autorizando, nos termos do § 1.º, do Art. 5.º, da Lei n. 6.174, o afastamento, sem direito à percepção de vencimentos e vantagens de seu cargo, a Gilberto Felix da Silva, funcionário deste Poder, para exercer o cargo em Comissão, na Prefeitura Municipal de Ivaiporã.

325-71 — Colocando à disposição do Poder Executivo, Airton Luiz Baptista, funcionário deste Poder, ficando revogado o Decreto Legislativo n. 433-69, de 27 de agosto de 1969.

326-71 — Concedendo, com base no disposto pelo Art. 138, inciso I, e Art. 224 da Lei n. 6.174, aposentadoria a Milton Mader de Bittencourt, funcionário deste Poder, com proventos e vantagens que especifica.

327-71 — Autorizando o funcionário Ozir Ramiro de Assis, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos.

328-71 — Autorizando o funcionário Benedito Siqueira Branco, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) sobre os seus vencimentos.

329-71 — Autorizando a funcionária Leiza Maria Ximenes, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

330-71 — Autorizando Tadae Iwaya, Hamilton Marcondes e João Maria

de Freitas, ora à disposição deste Poder, a prestarem serviços extraordinários percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

331-71 — Concedendo a Ronaldo Catarino, ora à disposição deste Poder, designado para exercer as funções de Motorista no Gabinete da Presidência, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5.

332-71 — Concedendo a Leonidas Ramos da Silva, ora à disposição deste Poder, designado para exercer as funções de Motorista do Gabinete da Presidência, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, autorizando ainda o referido funcionário a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

333-71 — Exonerando José Rodrigues de Moraes, do cargo de provimento em Comissão, de Chefe do Serviço de Segurança deste Poder, a partir de 2 de julho de 1.971; Nomeando para exercer o Cargo acima, José Bruno Ribas, a partir de 2 de julho do corrente ano, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

334-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Blumer Bosquilia, funcionário deste Poder, o tempo de seis (6) meses, referentes ao dobro da licença especial que deixou de gozar.

335-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Alberto Carazzai Neto, funcionário deste Poder, o tempo de seis (6) meses referentes ao dobro da licença especial que deixou de gozar.

336-71 — Concedendo, nos termos do art. 247, da Lei n. 6.174, a Durval Daros, funcionário deste Poder, seis (6) meses de licença especial.

337-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Fausto Luiz Abry, funcionário deste Poder, o tempo de dois (2) meses correspondente ao dobro das férias que deixou de gozar.

338-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Arlete Belmont Zabellos, funcionária deste Poder, o tempo de dois (2) meses referentes ao dobro das férias que deixou de gozar.

339-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Celso Aparecido de Castro, funcionário deste Poder, o tempo de dois (2) meses referentes ao dobro das férias que deixou de gozar.

340-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Miguel Jorge Nassar Netto, funcionário deste Poder, o tempo de dois (2) meses referentes ao dobro das férias que deixou de gozar.

341-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Eumenia de Oliveira, funcionária deste Poder, o tempo de seis (6) meses.

342-71 — Concedendo a Francisco Taborda Ribeiro, designado para exercer as funções de Motorista do Gabinete da Liderança da ARENA, gratificação de função correspondente ao símbolo F-5.

343-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Luimir Amorim Pereira, funcionário deste Poder, o tempo de um (1) mês.

344-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Jandir Nardim, funcionário deste Poder, o tempo de seis (6) meses, correspondentes ao dobro da licença especial que deixou de gozar.

345-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de José Paulo Orth, funcionário deste Poder, o tempo de seis (6) meses, correspondentes ao dobro das férias que deixou de gozar.

346-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Antonio Massuchetto, funcionário deste Poder, o tempo de seis (6) meses correspondentes ao dobro da licença especial que deixou de gozar.

347-71 — Concedendo a Luiz Lasso, funcionário deste Poder, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos.

348-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Antonio Leandro, funcionário deste Poder, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias que deixou de gozar.

- 349-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Hilário Fregoneze, funcionário deste Poder, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias que deixou de gozar.
- 350-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Wilson Kaiel, o tempo de dois (2) meses correspondente ao dobro das férias que deixou de gozar.
- 341-71 — Concedendo, nos termos do art. 247, da Lei 6.174, a Ayned Mari. Reinert Tizzo: funcionária deste Poder, licença especial de três meses, por haver completado cinco anos sem se afastar de suas funções.
- 352-71 — Concedendo a Raul Wolf, funcionário deste Poder, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos.
- 353-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Ignez de Oliveira, funcionária deste Poder, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial que deixou de gozar.
- 354-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Haroldo João Tedeschi, funcionário deste Poder, o tempo de dois (2) anos um (1) mês e vinte e seis dias (26), período em que prestou serviços ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado.
- 355-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Luiz Rüppel Bittencourt, funcionário deste Poder, o tempo de seis (6) meses correspondente ao dobro da licença especial.
- 356-71 — Concedendo a Antônio Carlos Dantas, funcionário deste Poder, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos.
- 357-71 — Autorizando ao funcionário deste Poder, Umberto Moro Redeschi, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos.
- 358-71 — Autorizando Dario Fortunato Darif e Terezinha Rüppel Gluck, funcionários deste Poder, a prestarem serviços extraordinários até o limite de sessenta (60) horas mensais, percebendo a gratificação correspondente a um terço (1/3) dos respectivos vencimentos.
- 359-71 — Revogando o Decreto Legislativo n. 89-71, de 17 de fevereiro de 1971, na parte que se refere ao funcionário deste Poder, Maximínio Cardoso, a partir de 3 de junho do corrente ano e dá outras providências.
- 360-71 — Designando Hilda Gutomar Arguello, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2a. Secretaria, a partir de 26 de maio de 1.971, percebendo as vantagens inerentes ao cargo; autorizando ainda a referida funcionária a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.
- 361-71 — Concedendo a Ignez de Oliveira, funcionária deste Poder, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos.
- 362-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Alexandre Radichewski, funcionário deste Poder, o tempo de onze (11) meses e quinze (15) dias, em que prestou serviço militar obrigatório.
- 363-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Ivo Gusso, funcionário deste Poder, o tempo de seis (6) meses correspondente ao dobro da licença especial que deixou de gozar.
- 364-71 — Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de Henrique Wojcik, funcionário deste Poder, o tempo de um (1) ano, por não se haver ausentado do exercício de suas funções no decênio completado em 14 de maio de 1.969.
- 365-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Jonas de Souza Porto, funcionário deste Poder, o tempo de nove (9) meses, correspondente ao dobro de férias que deixou de contar; Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (1) ano, por não se haver ausentado de suas funções por um decênio.

366-71 — Retificando o Decreto Legislativo n.º 554-70, de 17 de dezembro de 1.970, em favor de Marcionílio Sanches Cambuhy, funcionário deste Poder.

367-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Maria Alba Mendes Silva Gastão Barbosa Xavier, funcionária deste Poder, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias que deixou de gozar.

368-71 — Concedendo a Maria da Luz Azevedo Soares, funcionária deste Poder, licença especial de três (3) meses, por não se haver se ausentado de suas funções por um quinquênio.

369-71 — Concedendo a Herculano Cordeiro, funcionário deste Poder, acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos.

370-71 — Concedendo a João Farinhak, funcionário deste Poder, licença especial, de três (3) meses, por não se haver ausentado de suas funções por um quinquênio.

371-71 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, em favor de Noir Pacheco, funcionário deste Poder, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial, a que tem direito, por não se ausentar de suas funções por um quinquênio.

372-71 — Designando o deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, vice-presidente desta Assembleia, Manuel Fernandes Maia Júnior, Consultor Jurídico, e o Assistente Técnico Vidal Vanhorni, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Concurso Interno, a que serão submetidos os funcionários deste Poder que requereram readaptação no cargo de Assistente Técnico e foram declarados habilitados pela Comissão Especial, instituída pelo Decreto Legislativo n.º 273-71, de 20 de maio de 1.971.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 423-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.865, de 12 de julho de 1.971, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Percy Tamplin, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 13 de julho de 1.971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 424-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.879, de 12 de julho de 1.971, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Zenaide Silva Filpo, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.970, a partir de 15 de julho de 1.971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de junho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 425-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.483, de 30 de junho de 1.971, deste Poder,

RESOLVE:

designar Acir Villatore, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado José Lázaro Dumont.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 426-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 4.310, de 23 de junho de 1971, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Antonio Lacerda Braga Neto, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Fabiano Braga Côrtes.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 427-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 4.948, de 14 de julho de 1971, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Genir dos Santos Fernandes, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 15 de julho de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 428-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 4.937, de 14 de julho de 1971, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Oleni Ferreira de Lima, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 15 de julho de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 429-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 4.998, de 15 de julho de 1971, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Alba Ligia Araujo Garcia, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 16 de julho de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 430-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 4.907, de 13 de julho de 1971, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar Luiz Delamônica Pereira de Castro, ora à disposição deste Poder, na Comissão de Obras Para a Conclusão do Plenário.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 431-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.025, de 16 de julho de 1971, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Aurora Ribeiro Gonçalves, funcionária do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléa, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 19 de julho de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 432-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.023, de 16 de julho de 1971, dêste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Nadir de Oliveira Santos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 19 de julho de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 433-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.007, de 19 de julho de 1971, dêste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários Esverbem Guimarães, Francisco Dranka e Luiz Fernando Martins Kosop, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Tomada de Preços, que apreciará as propostas referentes ao Edital n. 6-71, de 19 de julho de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

PORTARIA N. 434-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.050, de 16 de julho de 1971, dêste Poder,

R E S O L V E :

lotar Orlando Melhem, ora à disposição dêste Poder, no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Acyr José.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 17.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do senhor deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Maurício Fruet apresentou Redação Final ao seguinte projeto: PROJETO DE LEI N.º 125-71 — de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 16-71, encaminhando Anteprojeto de lei que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários Fisco Arrecadores do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria de Fazenda. APROVADA. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Cândido Manuel Martins de Oliveira
Presidente

a) Lélcio Guimarães Sotó-Maior
Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 125-71

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica vedada a participação de servidores públicos estaduais no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive dívida ativa.

Art. 2.º — As séries de classes de Agente Fazendário, Fiscal Fazendário, Economista, Advogado, Contador e demais constantes da Tabela Anexa, ficam transformadas, modificadas ou alteradas de acordo com as correspondências estabelecidas na mesma, e que fazem parte integrante da presente Lei.

§ 1.º — As séries de classes transformadas, modificadas ou alteradas e constantes do número 1 da Tabela Anexa, serão preenchidas por funcionários ocupantes de cargo de nível universitário, lotados ou adido no Departamento de Rendas Internas, na data da publicação desta Lei.

§ 2.º — Os cargos transformados, modificados ou alterados, aludidos no número 1 e 2 da referida Tabela, para fins de direito e deveres, conservarão as características dos cargos originários.

§ 3.º — A série de classes e Fiscal Tributário é o conjunto de cargos da mesma natureza de trabalho e, para efeito de promoção é regulada pelas disposições do capítulo X, do título III, da Lei n. 6.174, de 16 novembro de 1970.

Art. 3.º — Os atuais cargos que figurarem na Tabela n.º 3, em anexo, com as novas denominações constante da mesma Tabela, passarão a integrar as séries de classes de Técnicos de Administração Tributário, Administrador Tributário, Auxiliar de Administrador Tributário e Auxiliar de Fiscalização, e se extinguirão na medida que se vagarem.

Art. 4.º — Fica vedada qualquer forma de transferência, de adição ou lotação de servidores de outros órgãos para o Departamento de Rendas Internas.

Art. 5.º — Nenhum servidor poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertence, salvo se se tratar de função gratificada, de cargo em comissão ou no caso de substituição.

§ 1.º — O ato que contrariar o disposto neste artigo, não produzirá qualquer efeito, e a autoridade que o determinou ficará sujeita à responsabilidade disciplinar.

§ 2.º — O funcionário irregularmente designado devolverá quaisquer vantagens que haja percebido pelo exercício das funções que lhe foram atribuídas.

Art. 6.º — Fica estabelecido o sistema de retribuição mensal por prêmio de produtividade aos funcionários que compõem a Tabela Anexa quando, no desempenho de suas atribuições, contribuírem com eficácia no incremento das atividades inerentes à administração e à fiscalização de tributos, inclusive na orientação do contribuinte.

Art. 7.º — O direito à percepção do prêmio de produtividade a que se refere o artigo anterior, somente será devido ao servidor fiscal que apresentar, mensalmente, um mínimo de produção de serviços de conformidade com a fixação de tarefas, mediante ato do Secretário da Fazenda.

Parágrafo Único — Compete exclusivamente ao Secretário da Fazenda autorizar ou não a atribuição do prêmio de produtividade referido nos artigos 6.º e 8.º desta Lei, sob a forma de quotas.

Art. 8.º — O servidor fiscal, quando designado para o desempenho de função de Chefia ou assessoramento, ou ainda comissionamento nos cargos de Diretor, Supervisor Técnico-Administrativo, Delegado e Assistente do Departamento de Rendas Internas, fará jus à atribuição do prêmio de produtividade que será fixado em ato de Secretário da Fazenda.

Parágrafo Único — Igual vantagem será extensiva aos servidores constantes dos números 1 e 2 da Tabela Anexa, que não ocupando cargo em co-

missão ou função gratificada, executem serviços de natureza fisco-arrecadador no Departamento de Rendas Internas.

Art. 9.º — O valor unitário de cada quota é a importância correspondente a 0,4831 (quatro mil, oitocentos e trinta e um décimos milésimos por cento) do valor da tabela de vencimentos do cargo inicial da série de classes de Fiscal Fazendário.

Art. 10 — O servidor fazendário não poderá perceber, à título de quotas, importância superior a 3 (três) vezes o valor correspondente a tabela de vencimentos do cargo que ocupe.

Art. 11 — O prêmio de produtividade não poderá ultrapassar a importância equivalente a 800 (oitocentas) quotas mensais do valor unitário referido no artigo 9.º.

Art. 12 — Fica atribuída aos ocupantes das séries de classe constantes da Tabela Anexa à presente Lei, a remuneração de 2/3 (dois terços) do "quantum" do respectivo vencimento e mais as quotas estipuladas no artigo 6.º e as vantagens pecuniárias a ele incorporadas.

Art. 13 — Os valores das quotas e da remuneração de que tratam os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 12 serão reajustados sempre que houver alterações nas tabelas de vencimentos do funcionalismo público civil do Estado.

Art. 14 — O servidor fiscal fica sujeito à prestação de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em sistema de rodízio de períodos diurnos e noturnos.

Parágrafo Único — O comparecimento ao trabalho será obrigatório aos sábados, domingos e feriados, quando haja escala de serviços, ou convocação.

Art. 15 — Ao servidor fiscal é vedado o exercício de outra atividade pública ou privada quando:

1 — exercida na qualidade de empregado, profissional liberal, trabalhador autônomo, corretor e representante;

2 — decorrente da participação na gerência ou administração de empresas comerciais, industriais e financeiras, bem como qualquer forma de atividade comercial, exceto na condição de acionistas, sócio quotista ou co-munditário;

3 — resultante de função ou mandato em sociedade civil ou fundação, salvo as que não confiram lucro e de comprovado objetivo filantrópico, cultural, científico, associativo, recreativo ou esportivo.

Parágrafo Único — Não se compreende na proibição deste artigo o desempenho de funções e atividades decorrentes de:

1 — designação para se incumbir de encargos ou serviços junto ao Gabinete do Governador do Estado e Secretaria da Fazenda;

2 — designação para exercer função de membro de órgão de deliberação coletiva na Secretaria da Fazenda, desde que de natureza tributária;

3 — encargos não remunerados no âmbito da Secretaria da Fazenda, ainda que com prejuízo do exercício normal do cargo ou função;

4 — designação para o desempenho de encargos de interesse do Estado, devidamente comprovados em parecer do Secretário da Fazenda, a juízo exclusivo do Governador.

Art. 16 — O servidor fiscal, quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave, doença de Parkinson, incompatíveis com o trabalho, e outras moléstias que a lei indicar na base da medicina especializada, conforme apurado em inspeção médica será compulsoriamente licenciado, percebendo, além de vencimento e remuneração, o valor correspondente a 300 (trezentas) quotas mensais, calculadas segundo o artigo 9.º.

Parágrafo Único — O funcionário que se aposentar em razão das doenças alinhadas neste artigo, integrará aos proventos de inatividade, as vantagens previstas nos artigos 6.º e 12.

Art. 17 — Para todos os efeitos legais as quotas e demais vantagens atri-

buidas a título de prêmio de produtividade a que se referem os artigos 7.o, 8.o e 12, desta Lei, serão integrados nos cálculos de proventos de aposentadoria de servidor fiscal, desde que, haja exercido função fisco-arrecadadora no Departamento de Rendas Internas por período não inferior a 5 (cinco) anos, consecutivos ou não.

§ 1.o — O cálculo para os fins de integração prevista neste artigo será feito com base na média mensal da retribuição percebida nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao da concessão da aposentadoria;

§ 2.o — Para efeito de apuração da média mensal de número de quotas a ser integrado nos proventos de aposentadoria, nos termos deste artigo, não serão considerados os meses em que o funcionário se ausentou, ainda que parcialmente, em virtude das licenças previstas nos itens I a XIX do artigo 128, da Lei n.o 6.174, de 16 de novembro de 1970;

§ 3.o — Para efeitos do parágrafo 1.o deste artigo, computar-se-ão os meses em que o funcionário percebeu as vantagens do artigo 5.o da Lei n.o 5.794, de 12 de junho de 1968, e as previstas no artigo 5.o da Lei n.o 6.120, de 1.o de julho de 1970.

Art. 18 — Além da remuneração prevista no artigo 12 da presente Lei, o pessoal relacionado no número 3 (três) da Tabela Anexa, fará jus a uma gratificação "pro-labore" que será fixada em Instrução do Secretário da Fazenda.

§ 1.o — As vantagens deste artigo integrarão nos cálculos de proventos de aposentadoria do funcionário da Parte Suplementar, que haja cumprido no Departamento de Rendas Internas, tempo de serviço não inferior a 5 (cinco) anos consecutivos ou não;

§ 2.o — O cálculo para fins de integração previsto neste artigo será feito com base na média mensal da retribuição percebida nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao da concessão da aposentadoria.

Art. 19 — O Poder Executivo, tendo em vista as implicações desta Lei, reformulará a classificação, lotação, funcionamento e atribuições do Departamento de Rendas Internas.

Art. 20 — As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda, através da Subconsignação 3.1.1.1.1.15 — Vantagens de Pessoal.

Art. 21 — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 22 — A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação exceto os artigos 6.o, 7.o, 8.o, 9.o, 10, 11 e 18, e seus parágrafos, que produzirão efeitos a partir de 1.o de janeiro de 1971, ficando revogados:

I — A Lei n.o 6.120, de 1.o de julho de 1970;

II — O artigo 5.o e seus parágrafos, da Lei n.o 5.794, de 12 de junho de 1968.

Sala das Comissões, em 14 de julho de 1971.

a) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente

a) Maurício Fruct

a) A. Manuel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 125-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SECRETARIA DA FAZENDA — Departamento de Rendas Internas Tabela
Anexa a Lei n.º

N.º 1 PLANEJAMENTO
SITUAÇÃO ANTERIOR

Cargos ou Funções	Nível	Número de Cargos		
		Ocup.	Vagos	Total
1 — Advogado	30	—	—	—
"	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	2	—	2
"	26	8	—	8
2 — Delg. Polícia	30	—	—	—
"	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	—	—	—
"	26	1	—	1
3 — Contador	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	—	—	—
"	26	15	—	15
"	25	18	—	18
4 — Economista	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	—	—	—
"	26	7	—	7
"	25	3	—	3
5 — Engenheiro	30	—	—	—
"	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	1	—	1

N.º 2 FISCO

6 — Fiscal Fazendário	23	36	—	56
"	22	153	—	153
"	21	228	—	228
7 — Agente Fazendário	20	—	—	—
"	19	410	—	410
"	18	758	—	758

SITUAÇÃO ATUAL

Cargos ou Funções	Nível	Número de Cargos		
		Ocup.	Vagos	Total
Consultor Jurídico Tributário	30	—	—	—
"	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	2	—	2
"	26	9	—	9
Auditor Tributário	29	—	—	—
"	28	—	—	—

"	"	27	—	—	—
"	"	26	15	—	15
"	"	25	18	—	18
Auditor Económico Tributário	"	29	—	—	—
"	"	28	—	—	—
"	"	27	—	—	—
"	"	26	7	—	7
"	"	25	3	—	3
Perito Avaliador	"	30	—	—	—
"	"	29	—	—	—
"	"	28	—	—	—
"	"	27	1	—	1
"	"	26	—	—	—

N.º 2 FISCO

Fiscal Tributário	23	56	—	56
"	22	153	—	153
"	21	228	—	228
"	20	—	—	—
"	19	410	—	410
"	18	758	—	758

N.º 3 ADMINISTRAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR

Cargos ou Funções	Nível	Ocup.
Técnico de Administração	28	—
"	27	—
"	26	—
"	25	—
"	24	5
Oficial de Administração	23	—
"	22	—
"	21	12
"	20	18
"	19	35
Contabilista	23	—
"	22	—
"	21	—
"	20	2
"	19	47
Tecn. em Instal. Hidráulica	21	1
"	20	—
"	19	—
"	18	—
Revisor Calculista	19	1
"	18	—
"	17	—
"	16	—
"	15	—
Técnico em Mecanização	19	1
"	18	—
"	17	2
"	16	—
"	15	—

Escrutinário	17	—
"	16	—
"	15	16
"	14	—
"	13	10
Motorista	16	12
"	15	—
"	14	3
"	13	—
"	12	10
Artífice	16	—
"	15	—
"	14	2
Arquivista	13	—
"	12	—
"	11	—
"	10	1
Datilógrafo	12	—
"	11	—
"	10	100
Auxiliar de Saneamento	14	—
"	13	—
"	12	1
Porteiro	13	1
"	12	—
"	11	—
Atendente	12	—
"	11	—
"	10	—
"	9	—
"	8	1
Guarda Rural	11	1
"	10	—
"	9	—
Auxiliar de Artífice	13	6
"	12	—
"	11	1
"	10	—
"	9	74
Guarda Sanitário	13	—
"	12	—
"	11	—
"	10	—
"	9	1
"	8	—
"	7	—
Telefonista	10	—
"	9	—
"	8	1
Auxiliar de Portaria	10	2
Serviçal	9	—
"	8	1
Servente	8	—
"	7	—
"	6	—
"	5	27
Operário Rural	6	1
Mensageiro	4	5

SITUAÇÃO ATUAL

Cargos ou Funções	Nível	Ocup.
Técnico de Adm. Tributária	28	—
"	27	—
"	26	—
"	25	—
"	24	5
Administrador Tributário	23	—
"	22	—
"	21	13
"	20	20
"	19	84
"	17	2
Aux. de Administ. Tributário	17	—
"	16	12
"	15	16
"	14	5
"	13	10
"	12	10
"	11	—
"	10	101
Auxiliar de Fiscalização	14	—
"	13	7
"	12	1
"	11	2
"	10	2
"	9	75
"	8	3
"	7	—
"	6	1
"	5	27
"	4	5

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
ATA DA 2a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas e trinta minutos, do dia quinze, do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e hum, após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Wilson Brandão, presentes os senhores deputados: José Muggiati Filho, Arthur de Souza, Gilberto Carvalho, Acyr José, Cândido Manoel, Igo Losso, Sebastião Rodrigues Júnior e o Suplente Borsari Neto, o senhor Assessor, doutor José Maria Zanardini de Camargo. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando que fôsse anotada a presença do senhor deputado Xenofonte Villanueva. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 12-71, de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin. Cria, na cidade de São Jerônimo da Serra, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir de 1972. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 15-71, de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho. Transfere ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Porto Ubá, da estrada de Jandaia do Sul a Ivaiporã, passando pelos municípios que especifica. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 33-71, de autoria do senhor deputado Paulo Poli e

Wilson Fortes. Doa ao Hospital Psiquiátrico Cândido Berthier Fortes, de Paranavaí, uma camioneta Rural Willys, como especifica. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 83-71, de autoria do senhor deputado Arizone Araújo. Autoriza o P. E. permutar lotes da planta do Município de Itapejara D'Oeste como especifica. Relator deputado Gilberto Carvalho. Requerimento do senhor deputado Cândido Manoel solicitando anexação ao Projeto de Lei nr. 75-71, p. r. tratar-se de matéria idêntica. Deferido. 5) — PROJETO DE LEI N. 85-71, de autoria do senhor deputado Quiélse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal, na sede do Município de Adrianópolis, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 95-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 11-71, encaminhando Anteprojeto de lei que dispõe sobre a inclusão do parágrafo que especifica, ao artigo 53, do Estatuto dos Funcionários Civis do Poder Executivo do Estado do Paraná. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 108-71, de autoria do senhor deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Maringá a Ivaíorã, passando por Aquidaban, Jardim Alegre, São Pedro, São João do Ivaí. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 78-70, de autoria do senhor deputado Fuad Nacli. Cria um Ginásio Estadual no Município de Paranapoema, para funcionar a partir do ano letivo de 1971. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável com emenda. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 150-70, de autoria do senhor deputado Erondy Silvério. Autoriza o Poder Executivo a transferir à Café do Paraná, as ações que especifica. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N. 176-70, de autoria do senhor deputado Paulo Poli. Autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual em Guaraniaçu e dá outras providências. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável com emenda. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N. 197-70, de autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Jussará, e dá outras providências. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N. 198-70, de autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Tijucas do Sul, e dá outras providências. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N. 206-70, de autoria do senhor deputado Ivo Tomazoni. Autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Ginasial em Sapopema, e dá outras providências. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N. 212-70, de autoria do senhor deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, em Nova América da Colina. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N. 216-70, de autoria do senhor deputado Fabiano Braga Côrtes. Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Telêmaco Borba. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N. 219-70, de autoria do senhor deputado Túlio Vargas. Autoriza o Poder Executivo criar um Curso Colegial em Paissandu, e dá outras providências. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N. 250-70, de autoria do senhor deputado Wilson Fortes. Cria uma Inspetoria Regional de Ensino, com sede em Rondon, e jurisdição nos Municípios que especifica. Relator deputado Cândido Manoel. Parecer: contrário. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N. 232-70, de autoria do senhor deputado Wilson Fortes. Cria a Escola Comercial de São João do Caiuá para entrar em funcionamento no próximo ano letivo. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N.

440-68, de autoria do senhor deputado Amadeu Puppi. Autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 30,00, a Etelvina da Cruz Marcondes, viúva de ex-funcionário do Departamento de Viação e Obras. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. PROPOSIÇÃO N. 3-71, de autoria do Supremo Tribunal Federal. Ofício n. 34-70, comunicando que julgou procedente a representação e unânimemente declarou-se pela inconstitucionalidade dos artigos 6.º e 7.º da Lei n. 4, de 28-2-67. Relator deputado Arthur de Souza. Requerimento de vistas do senhor deputado José Muggiati Filho. Deferido. 21) — PROPOSIÇÕES Nos. 26-71 e 32-71 foram votadas e aprovadas, concluindo que os vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário, sendo relator o deputado Arthur de Souza e o deputado Sebastião Rodrigues Júnior, respectivamente. Aprovados. 23) — PROPOSIÇÃO N. 100-70: veto aposto ao Projeto de Lei n. 98-69. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: pelo arquivamento, tendo em vista estar com o prazo, para apreciação, vencido. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, deputado Wilson Brandão, encerrou os trabalhos, dois quais, para constar e produzir conforme por todos os membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretário, bem como pelo senhor Presidente.

aa) WILSON BRANDÃO — Presidente
RITA CELESTINO SOARES — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — SESSÃO ORDINARIA

Aos quinze dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quatorze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do senhor deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo, número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Maurício Fruet apresentou Redação Final ao seguinte projeto: PROJETO DE LEI N. 133-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem Governamental n. 17-71, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR personalidade jurídica de direito público com sede e foro na Capital. Aprovada. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
LÉLIO GUIMARAES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 133-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, com personalidade jurídica de direito público, sede e foro na Capital do Estado, vinculando-se a Secretaria do Estado, vinculando-se a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, com patrimônio próprio e autonomia técnica, administrativa e financeira.

Parágrafo Único — A Fundação poderá instalar e manter escritórios ou agências em Municípios do Estado, em outros Estados e no Distrito Federal.

Art. 2.º — Os bens de domínio do Estado constituídos de todos os móveis do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM), passam a integrar o patrimônio da Fundação.

§ 1.º — Constituirão ainda o patrimônio da Fundação outros bens móveis e imóveis que lhe forem expressamente destinados.

§ 2.º — Extinta a Fundação, seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 3.º — Constituem receita da Fundação, além dos recursos provenientes de seu patrimônio:

I — Auxílios e subvenções constantes do Orçamento do Estado sob a forma de dotações globais e específica para pessoal material, serviços e encargos, obras e equipamentos;

II — Auxílios e contribuições e subvenções constantes do Orçamento da União e dos Municípios;

III — Empréstimos e doações;

IV — Rendimentos e remuneração de serviços prestados, mediante acordo e convênios com os Municípios e com entidades privadas;

V — Auxílios e contribuições de entidades públicas e privadas.

Art. 4.º — As atividades da Fundação abrangem, especialmente os seguintes setores:

I — Legislação municipal;

II — Organização administrativa municipal;

III — Orçamento e contabilidade municipal;

IV — Tributos municipais;

V — Planejamento local integrado.

Parágrafo Único — Compreendem-se nos objetivos da Fundação:

I — Promover estudos e pesquisas no interesse dos Municípios, orientando-os nas prestações de contas aos órgãos competentes do Estado e da União;

II — Promover a formação e o treinamento do pessoal especializado para as várias funções da administração municipal;

III — Promover e participar de cursos, certames, reuniões e congressos, visando a difusão, aperfeiçoamento e intercâmbio de conhecimentos e experiência de assuntos municipais;

IV — Difundir a melhor técnica de governo local por todos os meios a seu alcance;

V — Elaborar e divulgar publicações necessárias ao aprimoramento da administração municipal;

VI — Organizar e manter biblioteca especializada em assuntos municipais;

VII — Manter intercâmbio com entidades congêneres;

VIII — Realizar convênios com Municípios e entidades nacionais e estrangeiras, para obtenção de recursos destinados ou a serem aplicados nos Municípios;

IX — Obter a colaboração de técnicos da Administração Pública ou contratar especialistas e pessoal necessários à consecução de suas finalidades;

X — Realizar convênios com entidades assistenciais e escolares, públicas ou privadas, no interesse dos Municípios;

XI — Realizar convênios com Municípios para elaboração de projetos técnicos de desenvolvimentos locais.

Art. 5.º — A FAMEPAR terá um Conselho Deliberativo constituído de 5 (cinco) membros:

a) — O Presidente, que será o Secretário do Interior;

b) — O Diretor da Fundação;

c) — Dois representantes do Governador do Estado e

d) — Um representante da Associação Paranaense dos Municípios.

§ — COMPETE AO CONSELHO DELIBERATIVO:

- a) — Aprovar, no máximo até 31 de dezembro de cada ano, os planos de trabalho e a proposta orçamentária;
- b) — Acompanhar a execução do orçamento;
- c) — Autorizar a transferência de verbas ou dotações e a abertura de créditos adicionais;
- d) — Aprovar o quadro e fixar a remuneração do pessoal;
- e) — Deliberar sobre a guarda, a aplicação e a movimentação dos bens da Fundação;
- f) — Elaborar o Estatuto da Fundação.

Art. 6.º — Enquanto não for instalada a Secretaria do Interior, as suas atribuições previstas nesta Lei serão exercidas pelo Secretário de Justiça.

Art. 7.º — A Fundação será administrada, na forma do Estatuto, por um Diretor e um Secretário Geral, nomeados pelo Governador do Estado, dentre diplomados em curso superior e com experiência em assuntos municipais.

§ 1.º — O Diretor e o Secretário Geral perceberão remuneração mensal que será fixada, anualmente, por ato do Governador do Estado.

§ 2.º — O Diretor e o Secretário Geral poderão pertencer aos quadros de servidores da administração do Estado, como em que deverão optar entre o vencimento e demais vantagens de seu cargo ou a percepção da remuneração fixada na forma do parágrafo anterior, sem prejuízo dos direitos que lhes conferir a legislação a que estiverem subordinados.

§ 3.º — Nas suas faltas ou impedimentos, o Diretor será substituído pelo Secretário Geral.

Art. 8.º — Compete ao Diretor:

- I — Representar ativa e passivamente a Fundação;
- II — Receber, aplicar e prestar contas dos recursos financeiros que forem atribuídos à Fundação;
- III — Contratar, no regime das leis trabalhistas e nos limites dos recursos financeiros da Fundação, técnicos e pessoal administrativo necessários ao desempenho de suas atividades;
- IV — Contratar, com terceiros, estudos, pesquisas e demais trabalhos especializados ou obtê-los da própria Administração Pública, gratuitamente ou mediante remuneração;
- V — Obter recursos e assinar convênios em quaisquer órgãos públicos ou entidades privadas;
- VI — Representar os Municípios em atos vinculados a seus interesses, bem como os das entidades privadas;
- VII — Baixar o regimento interno da Fundação e demais normas necessárias ao seu funcionamento, observadas as disposições legais e estatutárias;
- VIII — Despachar diretamente com o Governador do Estado o expediente da Fundação e manter contatos necessários com autoridades e demais interessados;
- IX — Requisitar servidores públicos estaduais, inclusive autárquicos, quando necessários para as atividades da Fundação, na forma da legislação em vigor.

Art. 9.º — Ao Secretário Geral, além das funções de administração do pessoal e do patrimônio da Fundação, compete desempenhar as que lhes forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 10.º — O Estatuto da Fundação será aprovado e reformado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 11.º — Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir, na Secretaria do Interior e Justiça, o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, criado pela Lei n. 43, de 23 de janeiro de 1.948, tão logo esteja instalada e em funcionamento a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná.

§ 1.º — Com a extinção do órgão, os atuais servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, lotados no Departamento de Assistência Téc-

nica ao Municípios, passarão a ter lotação na Diretoria Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça.

§ 2.º — A representação do órgão extinto, junto a todas as entidades colegiadas da administração estadual, centralizada ou descentralizada, passará a ser exercida pelo Diretor da FAMEPAR, ou pessoa por ele indicada.

Art. 12 — O salão das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento vigente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, existente na data de sua extinção, fica transferido em forma de auxílio para a Fundação instituída por Lei, devendo nos anos subsequentes constar dotação própria no orçamento da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça.

Art. 13 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, destinado a atender despesas de instalação e funcionamento da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR).

Parágrafo Único — Para cobertura do crédito de que trata este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância da dotação da Administração Geral do Estado do Orçamento em vigor.

Art. 14 — A Fundação prestará contas ao Tribunal de Contas, por exercício encerrado, remetendo o balanço até o dia 31 de março do exercício seguinte.

Art. 15 — A Fundação encaminhará anualmente aos Poderes Executivos e Legislativo relatório circunstanciado de suas atividades acompanhado do balanço do respectivo exercício.

Art. 16 — São inerentes à Fundação, no que couber, os privilégios da Fazenda Pública Estadual.

Art. 17 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente

MAURICIO FRUET — Relator

PINTO DIAS

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

12. SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª. LEGISLATURA

Aos quinze dias do mês de julho, do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se na Sala das Comissões, após a sessão plenária a Comissão de Finanças, sob a Presidência do senhor deputado Leopoldo Jacomel, contando com as presenças dos senhores deputados: Santos Lima, Paulo Poli, Fuad Nacii, Mauricio Fruet e Gabriel Manoel. Havendo número legal o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 182-69 — de autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do município de Itambé, um estabelecimento de Ensino Técnico Comercial de Grau Médio, para funcionar a partir do próximo ano. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 81-70 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que estadualiza para fins de melhoria e conservação a estrada que liga Campo Mourão a Cianorte, passando por Araruna. Relator, senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 175-70 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um ginásio estadual, em Campo Bonito e das outras providências. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 196-70 — de autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga Floresta

a Itambé. Relator senhor deputado Maurício Fruet, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 225-70 — de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafezal, município de Iporá. Parecer favorável aprovado do senhor relator Maurício Fruet. PROJETO DE LEI N. 277-70 — de autoria do senhor deputado Wilson Fortes que cria o Ginásio Estadual de Serra Dourada, distrito de Umuarama. Relator senhor deputado Maurício Fruet, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 13-71 — de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, que cria na cidade de Ubitatã, município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1.971. Relator senhor deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 29-71 — de autoria do senhor deputado Rosário Pitelli, que transfere para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Primeiro de Maio a Sertanópolis. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 45-71 — de autoria do senhor deputado Acyr José, que transfere para o Departamento de Estradas de Rodagem, o trecho da rodovia municipal entre Mallet município de Mallet, e a Barra da Potinga município de São Mateus do Sul. Relator senhor deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 68-71 — de autoria do senhor deputado Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo, conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) ao ancião sr. Manoel Maurício, residente nesta Capital. Relator senhor deputado Maurício Fruet, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 72-71 — de autoria do senhor deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual na sede do município de Cambira. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI n. 73-71 — de autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a construir ponte sobre o Rio Iguaçu, na rodovia que liga o município de Pinhão ao município de Mangueirinha. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 78-71 — de autoria do senhor deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da Rodovia Arapongas-Astorga-Santa Fé-Colorado. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 87-71 — de autoria do senhor deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo estender da sede do município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão Rocha, uma linha de força e luz. Relator senhor deputado Maurício Fruet, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 92-71 — de autoria do senhor deputado Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo, conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ancião Valentin Beck. Relator senhor deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 93-71 — de autoria do senhor deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a elevar a pensão mensal concedida à sra. Maria Francisca Oliveira. Relator senhor deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 99-71 — de autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando a Estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, ao município de Guarapuava, Município de Pinhão. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 102-71 — de autoria do senhor deputado Domicílio Scaramella, que, autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que liga a sede do município de Cruz Machado à sede do município de Pinhão, na forma que especifica. Relator senhor deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a

presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e por mim Secretário, para que produza os efeitos legais.

aa) LEOPOLDO JACOMEL — Presidente

Secretária

Ass. Regível

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

ATA DA 13.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e hum dias do mes de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob o presidência do Senhor deputado Wilson Brandão e presentes os senhores deputados: José Muggiati Filho, Igo Losso, Arthur de Souza, Cândido Manoel, Sebastião Rodrigues Júnior, Acyr José, Gilberto Carvalho, e o Senhor Assessor doutor José Maria Zanardini de Camargo. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia:

1) — PROJETO DE LEI NR. 14-71, de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho. Através do DER, firma convênio com os Municípios de Marumbi e Cambira, para execução de uma ponte com os Municípios de Marumbi. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado.

2) — PROJETO DE LEI NR. 357-71, de autoria do senhor deputado Domício Scaramela. Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de União da Vitória, um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado.

3) — PROJETO DE LEI NR. 58-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Dispõe sobre a credenciação, pelo Detran, de entidades para realizar exames psicotécnicos. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado.

4) — PROJETO DE LEI NR. 65-71, de autoria do senhor deputado Maurício Fruct. Transfere ao DER, para fins de conservação a estrada que liga a cidade da Lapa a Gruta do Monge, no município do mesmo nome. Relator deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado.

5) — PROJETO DE LEI NR. 77-71, de autoria do senhor deputado Quiélse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar Prieto Martinez, com sede nesta Capital. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado.

6) — PROJETO DE LEI NR. 98-71, de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho. Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos — SEBEE, com sede nesta Capital. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. — Aprovado.

7) — PROJETO DE LEI NR. 137-70, de autoria do senhor ex-deputado Roberto Galvani. Transfere para a jurisdição da 45.a Inspeção Regional de Ensino sediada em Cascavel o Município de Céu Azul. Relator deputado Arthur de Souza. Requer seja convertido em diligência junto a Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. 8) — PROJETO DE LEI NR. 195-70, de autoria do senhor deputado Túlio Vargas. Cria uma Escola Normal de Grau Ginasial em Marumbi. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado.

9) — PROJETO DE LEI NR. 221-70, de autoria do senhor deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Vila Nova do Pinhão. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado.

19) — PROJETO DE LEI NR. 222-70, de autoria do senhor deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial em São Jerônimo da Serra. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado.

11) — PROJETO DE LEI NR. 240-70, de autoria do senhor deputado Pinto Dias. Cria um Curso Científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável com emenda. Aprovado.

12) — PROJETO DE LEI NR. 241-70, de autoria do senhor deputado Pinto Dias. Cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ademar de Barros, Município de Terra Rica. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável, voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado.

13) — PROJETO DE LEI NR. 276-70, de autoria do senhor deputado Wilson Fortes. Cria o Ginásio Estadual de Herculândia, Município de Umuarama. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável, voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado.

14) — PROJETO DE LEI NR. 279-70, de autoria do senhor deputado Wilson Fortes. Cria o Curso Científico, na cidade de Paraíso do Norte. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado.

15) — PROJETO DE LEI NR. 285-70, de autoria do senhor deputado Olivir Gabardo. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, e dá outras providências. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável com emenda. Voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado.

16) — PROJETO DE LEI NR. 291-70, de autoria do senhor deputado Wilson Fortes. Cria a Escola Normal de Diamante do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. Voto vencido do deputado Cândido Manoel.

17) — PROJETO DE LEI NR. 292-70, de autoria do senhor deputado Wilson Fortes. Cria a Escola Normal de Comércio de São Carlos do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável, voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado.

18) — PROJETO DE LEI NR. 295-70, de autoria do senhor ex-deputado Luiz Renato Malucelli. Cria um Curso Científico no Ginásio de Colombo. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável com emenda. Voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado.

19) — PROJETO DE LEI NR. 318-70, de autoria do senhor deputado Erondy Silvério. Cria no Núcleo Social Ivoré Pimentel, um Curso Ginásial Noturno, para funcionar no ano letivo de 1971. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável com emenda. Voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado.

20) — PROJETO DE LEI NR. 319-70, de autoria do senhor deputado Erondy Silvério. Cria um curso Ginásial no Bairro de Vila Fany, para funcionar no ano letivo de 1971. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável com emenda. Voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado.

21) — PROJETO DE RESOLUÇÃO NR. 8-70, de autoria do senhor deputado Eurico Batista Rosas. Estabelece normas para divulgação dos trabalhos legislativos e dá outras providências. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado.

22) — PROPOSIÇÃO NR. 46-70 — de autoria da Câmara Municipal de Canoas, Rio Grande do Sul, solicitando apoio deste Poder para com a alteração do dispositivo constitucional que proíbe pagamento de subsídios a Vereadores. Relator deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, deputado Wilson Brandão, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme por todos os membros desta Comissão será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente.

(aa) Wilson Brandão — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária.